



TURMA DO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA FACCAT FAZ INTERCÂMBIO NA ARGENTINA

Alunos e docentes do programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (Faccat) participaram na Argentina de um projeto de intercâmbio acadêmico promovido pela Faccat em conjunto com a Universidad Tecnológica Nacional (UTN) do país vizinho.

O grupo do mestrado ficou alojado no Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional da UTN, situado em Los Reyunos, no departamento de San Rafael, província de Mendoza, no oeste argentino. Durante dez dias de permanência no exterior, os participantes do intercâmbio cumpriram um programa de estudos que oportunizou encontros em sala de aula e visitas in loco, objetivando conhecer experiências locais de desenvolvimento. Na primeira atividade, a temática colocada em pauta foram projetos de tecnologias para um melhor aproveitamento dos recursos hídricos, considerando as particularidades da região de Mendoza, que se caracteriza por um clima semi-árido.

Entre os locais visitados pelos mestrandos constam vinícolas, fábricas de azeite de oliva e outros empreendimentos voltados à geração de renda e de emprego, bem como à qualidade de vida da população. Acompanham o grupo os professores Mário Riedl, coordenador do Mestrado, Marcos Paulo Dhein Griebeler e Egon Fröhlich.



Fonte: <https://www2.faccat.br/portal/?q=node/3464>



ATIVIDADES DOS MESTRANDOS NA ARGENTINA

O grupo do Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (Faccat) participou de viagem de estudos na Argentina, onde teve intensa programação entre os dias 24 de outubro e 3 de novembro. Alunos e professores realizaram projeto de intercâmbio acadêmico em parceria com a Universidade Tecnológica Nacional (UTN), no departamento de San Rafael, na província de Mendoza.



Entre as atividades, participaram da apresentação local do livro Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos, recentemente lançado pelo Mestrado da Faccat. O ato, ocorrido na sede da UTN, foi prestigiado por representantes das direções da UTN San Rafael, incluindo o reitor Horacio Pessano, e da Universidad de Mendoza.

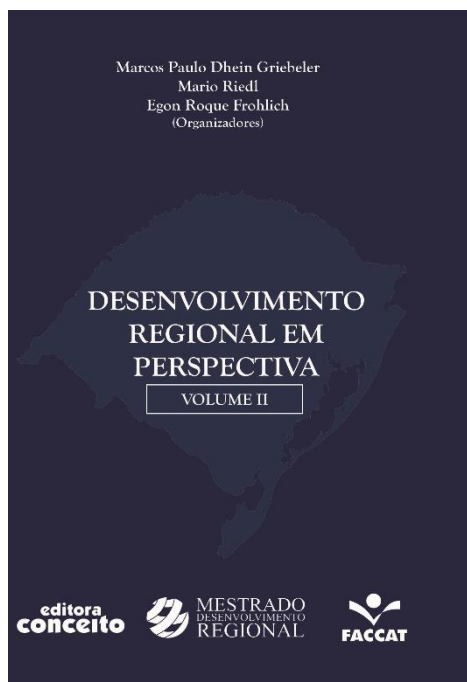
Os mestrandos e docentes ainda visitaram uma vinícola e uma fábrica de azeite de oliva em San Rafael, com o objetivo de conhecer experiências de empreendedorismo que aproveitam potencialidades regionais. Também conferiram iniciativas de exploração do turismo, como o cânion do Rio Atuel, onde participaram de uma atividade de rafting, e o Lago de Los Reyunos, com passeio de catamarã e prática de tirolesa. As atividades ainda incluíram encontros em sala de aula, nos quais professores e profissionais argentinos abordaram temas relacionados ao desenvolvimento regional.

Os mestrandos também participaram de reuniões na sede da municipalidade de San Rafael, com técnicos locais, sobre ordenamento territorial e sistema de irrigação agrícola, e concluíram o programa com visita à cidade de Mendoza e ao Parque Provincial do Aconcágua.

Fonte: <https://www2.faccat.br/portal/?q=node/3481#slideshow-1>



MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA FACCAT ESTARÁ PRESENTE NA FEIRA DO LIVRO DE PORTO ALEGRE/RS



No próximo dia 14/11, terça-feira, às 17h30min, acontecerá o lançamento e a seção de autógrafos do DICIONÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TEMAS CORRELATOS e do Vol. II do livro "DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM PERSPECTIVA", contendo os artigos dos Mestres da Turma de 2014, juntamente com seus orientadores. Estarão presentes na seção de autógrafos os Professores Egon Roque Fröhlich e Mario Riedl.



Maiores informações em: <http://www.feiradolivro-poa.com.br/>



MESTRADO EM PORTUGAL

O Mestrado estará representado no II Congresso Internacional "Transformações e (In)Consistências das Dinâmicas Educativas" - O (trans)nacional, o local e o comunitário nas políticas educativas, a ocorrer de 9 a 11 de novembro de 2017 na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da UCoimbra/PT, através do artigo intitulado: "*O Plano Nacional de Educação: uma discussão à luz do desenvolvimento Educacional, Social e Regional*". Sob autoria da Mestra Simone Henn (FACCAT, 2016); Mestra Tiane Fernanda de Aguiar (FACCAT, 2016) e Dr. Daniel Luciano Gevehr (FACCAT), o trabalho aborda o Plano Nacional de Educação(2014-2024) como uma política pública do Estado brasileiro para a educação, evidenciando sua construção. Discorre acerca dos conceitos sobre política pública, pautados na abordagem de Rua e Mainardes. Analisa a reelaboração de um Plano Municipal de Educação, baseado em estudo de caso. Pontua nas suas considerações a política abordada nessa discussão, vinculando ao desenvolvimento educacional e regional, partindo do pressuposto de que a educação é um direito de todos e como direito, deve ser garantida pelo Estado e afirmada pela sociedade.

A VIOLÊNCIA ECONÔMICA: O PODER DOS JUROS E DAS CORPORAÇÕES FINANCEIRAS

Ladislau Dowbor

A economia teoricamente visa o bem-estar das famílias, por meio da prosperidade que uma economia bem gerida deve permitir. Isto não significa apenas acesso à renda, mas uma certa estabilidade e sentimento de segurança, sem nuvens negras no horizonte, ou a angústia do emprego perdido. E se trata também de assegurar que o que conseguimos hoje não seja às custas das gerações futuras. Em suma, trata-se do equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental. Não nos faltam, no Brasil, recursos para isso. Hoje o país produz cerca de 11 mil reais de bens e serviços por mês por família de 4 pessoas, o que deveria permitir que todos vivam de maneira digna e confortável. Quando constatamos, no entanto, que 6 pessoas têm mais patrimônio do que a metade mais pobre da população, e que os 5% mais ricos têm mais do que os 95% restantes, conforme dados recentes publicados pela Oxfam, só podemos ficar chocados com a aberração econômica que vivemos. Acrescentemos a isso a destruição ambiental, com a agressão à floresta amazônica, poluição dos cursos de água, contaminação dos lençóis freáticos e até dos nossos alimentos com agrotóxicos e antibióticos, além da congestão das cidades por falta de transporte de massa, e temos uma ampla conta negativa. Não é a falta de recursos que assola o país, é a falta de governança competente e o consequente descontrole geral.

Tudo isso em nome da economia, de assegurar uma misteriosa "confiança" dos mercados. Confiança dos ricos de que irão ganhar o suficiente com aplicações financeiras, sem precisar se dar ao trabalho de investir na produção. A realidade é que os chamados mercados, constituídos essencialmente por grandes corporações financeiras, não só não respeitam as exigências ambientais nem as necessidades sociais, como sequer se mostram capazes de administrar a economia. O tripé básico do desenvolvimento, que precisa ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável, está grosseiramente deturpado. E quem sofre com isso são justamente as famílias.

Não é por falta de saber o que deve ser feito, o que funciona. Quando os Estados Unidos mergulharam na crise em 1929, nenhuma iniciativa de "austeridade" funcionou. O país se recuperou através do New Deal, um novo pacto social, em que os impostos sobre as



fortunas improdutivas foram radicalmente aumentados, ao mesmo tempo que o governo, usando a sua capacidade de financiamento, inclusive emitindo moeda, generalizou investimentos locais em infraestruturas e processos redistributivos, o que devolveu ao andar de baixo da economia a capacidade de compra. Isso dinamizou as empresas que voltaram a produzir e não gerou inflação pois as empresas estavam com estoques acumulados e capacidade ociosa. A expansão do consumo das famílias e a retomada de atividades das empresas geraram um fluxo de impostos que cobriu com as receitas ampliadas o déficit inicial do governo, fechando a conta. Gerou-se um círculo virtuoso de expansão da economia. A direita, como é de praxe, desancava Roosevelt na imprensa, ridicularizando os “varredores de folhas” do presidente, e tentou inclusive um golpe de estado em 1938.

Isso funcionou nos EUA dos anos 1930, mas funcionou também na Europa durante os “trinta anos de ouro” de 1945 a 1975, com amplos processos redistributivos, tanto diretamente por meio de aumentos salariais como indiretamente por meio do acesso gratuito e universal à saúde, educação e semelhantes. A prosperidade do andar de baixo da sociedade gerou um capitalismo funcionando “com base ampla” da pirâmide, que permitia que os aumentos de produtividade também encontrassem a demanda popular correspondente. E a dinâmica econômica estabilizou as contas públicas pelos impostos gerados, repassados à população por meio de investimentos em infraestruturas (em particular de transportes) e políticas sociais.

Nos EUA foi o New Deal, na Europa foi o Welfare State, Estado de bem-estar, mas o princípio é o mesmo. Trata-se de orientar a economia não segundo a rentabilidade financeira dos especuladores e sim segundo as necessidades da população. E não esqueçamos a China, que organiza o fluxo de financiamento para atividades produtivas: do bilhão de pessoas que superaram a linha de pobreza no mundo, o Banco Mundial mostra que 700 milhões são chinesas. Funciona hoje na Alemanha, e até com a “geringonça” em Portugal [“geringonça” é o curioso nome com que se batizou o acordo de 2015 que formou o governo do Partido Socialista (PS) com apoio parlamentar do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português (PCP)]. Aqui não há grandes debates entre economistas ortodoxos ou heterodoxos e semelhantes, há simples bom senso.

O Brasil seguiu essa linha entre 2003 e 2013, uma década que o mesmo Banco Mundial, em balanço recente sobre a economia brasileira, qualificou de Golden Decade, década dourada do país. Sim, o Banco Mundial. Não ver os resultados de se investir na base da pirâmide é falta de elementar bom senso e excesso de preconceito. Já afirmar que esta política gerou déficit fiscal ou que “quebrou o país” constitui desinformação ou má-fé.

Como foi que se travou esse processo no Brasil? A partir de 2013 o processo entrou em crise. A realidade é que os bancos e outros intermediários financeiros demoraram pouco para aprender a drenar o aumento da capacidade de compra do andar de baixo da economia, esterilizando em grande parte o processo redistributivo e a dinâmica de crescimento que se inicia em 2003.

Trata-se nada menos do que da esterilização dos recursos do país através do sistema de intermediação financeira, que drena em volumes impressionantes recursos que deveriam servir ao fomento produtivo e ao desenvolvimento econômico. Os números são bastante claros, e conhecidos, e basta juntá-los para entender o impacto. Em raro momento de clareza, o jornal *O Estado de S. Paulo* de 18 de dezembro de 2016 ostentou essa enorme manchete de primeira página dominical: “Crise de crédito tira R\$ 1 tri da economia e piora recessão”. Ou seja, 15% do PIB drenados pelos intermediários financeiros. Mais 7% do PIB tirados por meio dos juros sobre a dívida pública, e temos a fórmula do desastre.

E com liberdade total dos bancos, conforme ressalta o relatório da Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade): “Destacamos que as taxas de juros são livres e as mesmas são estipuladas pela própria instituição financeira, não existindo assim qualquer controle de preços ou tetos pelos valores cobrados”. Lembremos que



o artigo 192 da Constituição, que regulamentava o sistema financeiro nacional, foi revogado por um Congresso eleito com o dinheiro das corporações – uma prática que o Supremo Tribunal Federal levou 18 anos para declarar inconstitucional. [A norma do § 3º do art. 192 da Constituição, revogada pela emenda constitucional 40, de 2003, limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano: “As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar”].

De acordo com os dados do Banco Central, em março de 2005 a dívida das famílias equivalia a 19,3% da renda familiar. Em março de 2015, a dívida acumulada representava 46,5% da renda. Esse grau de endividamento, em termos de estoque da dívida, é inferior ao de muitas economias desenvolvidas. Mas nelas se paga juros da ordem de 2% a 5% ao ano. Com os juros aqui praticados, as famílias deixaram evidentemente de poder expandir o seu consumo, e a sua capacidade de compra foi apropriada pelos intermediários financeiros. A demanda foi travada pelos altos juros para pessoa física, e isso trava a economia no seu conjunto. Em agosto de 2017, 61 milhões de adultos, cerca de 40% do total, estão “negativados”, ou seja, sequer conseguem pagar compras anteriores, que dirá expandir o consumo.

Não é o imposto que é o principal vilão, ainda que o peso dominante dos impostos indiretos e a isenção fiscal de lucros e dividendos só piore a situação: é o desvio da capacidade de compra para o pagamento de juros. As famílias estavam gastando muito mais, resultado do nível elevado de emprego e da elevação do poder aquisitivo da base da sociedade, mas os juros esterilizaram a capacidade de dinamização da economia pela demanda que esses gastos poderiam representar. O principal vetor de dinamização da economia viu-se travado. Gerou-se uma economia de atravessadores financeiros. Prejudicam-se as famílias que precisam dos bens e serviços, e indiretamente as empresas efetivamente produtoras que têm os seus estoques parados. Perde-se boa parte do impacto de dinamização econômica das políticas redistributivas.

Alguns exemplos ajudam a entender a dinâmica. O crediário cobra, por exemplo, 141,12% para “artigos do lar” comprados a prazo. Quem se enforca com esse nível de juros e recorre ao cheque especial (mais de 300%) apenas se afunda na dívida acumulada, e se entra no rotativo do cartão, da ordem de 450%, acaba de amarrar o nó no pescoço. Note-se que os juros sobre o cheque especial e o rotativo no cartão não ultrapassam 20% ao ano nos países desenvolvidos. Temos nesse caso grande parte da capacidade de compra dos novos consumidores drenada para intermediários financeiros, esterilizando a dinamização da economia pelo lado da demanda.

No caso de uma pessoa buscar o crédito no banco, o juro para pessoa física, em que pese o crédito consignado, que na faixa de 25% a 30% ainda é escorchantes, mas utilizado em menos de um quarto dos créditos, é da ordem de 68%. Na França os custos correspondentes se situam na faixa de 3,5% ao ano.

As pessoas que, mais conscientes ou dispendo de mais recursos, compram à vista no cartão, ignoram em geral que na modalidade “crédito” de uma compra de 100 reais, 5% do que pagam vão para os bancos, e na modalidade “débito” cerca de 2,5%. A CPMF era de 0,38% e provocou uma avalanche de críticas. Na compra à vista pagando com cartão na modalidade “crédito” o banco desconta 5 reais sobre uma compra de 100 reais, quando o custo da operação (gestão dos cartões) mal chega a 10 centavos. Um custo benefício de 50 por 1. Com milhões de operações de pagamento à vista no cartão efetuadas todo dia, todas as atividades econômicas se tornam mais caras para o consumidor. É um dreno imenso sobre toda a economia.



É preciso acrescentar aqui que muitos dos novos compradores a prazo tinham pouca experiência de crédito. Uma prática particularmente nefasta é o fato de os intermediários, e hoje inclusive os bancos, apresentarem o juro ao mês, e não ao ano, o que esconde o mecanismo de juros compostos. Uma pessoa sem formação na área pensará que um juro de 6% ao mês é três vezes maior do que um juro de 2% ao mês. Juros de 6% ao mês representam cerca de 100% ao ano, quando juros de 2% ao mês representam 26% ao ano. Três vezes 26 são 78%. O comprador vai fazer esses cálculos de cabeça?

Na realidade, é até estranho constatar que em todo o ciclo escolar, e inclusive nas universidades, a não ser na área especializada em economia financeira, ninguém nunca teve uma aula sobre como funciona o dinheiro, principal força estruturante da nossa sociedade. Não à toa Stiglitz obteve o seu Nobel de economia [em 2001] com trabalhos sobre assimetria de informação nos processos econômicos.

O resultado é que a população se endivida muito para comprar pouco no volume final. A prestação “que cabe no bolso” pesa no orçamento familiar durante muito tempo. O efeito demanda é travado. Quando 61 milhões de adultos no Brasil estão com o nome sujo no sistema de crédito, é o sistema que está deformado. O brasileiro trabalha muito, mas os resultados são desviados das atividades produtivas para a chamada ciranda financeira, que não reinveste na economia real. Não se pode ter o bolo e comê-lo ao mesmo tempo. O principal motor da economia, a demanda das famílias, é travado.

A verdade é que o Brasil tem no seu amplo mercado interno uma gigantesca oportunidade de expansão. Em termos econômicos, é o que funciona. E o crédito tem de se colocar a serviço da dinamização do consumo de massa.

Na fase inicial da crise no Brasil, gerada em grande parte pelo próprio sistema financeiro, tornou-se moda repetir que esse estímulo à economia através do consumo de massas se esgotou, como se o pouco que o andar de baixo do país pôde avançar fosse um teto. Nada como dar uma volta em bairro popular, ou consultar as estatísticas no Data Popular, que estuda esse comportamento de consumo, para se dar conta da idiotice que o argumento representa. A massa da população tem muito nível quantitativo e qualitativo de consumo a atingir, tanto em termos de consumo “de bolso” a partir da renda disponível, como do consumo coletivo com mais acesso à educação, saúde e outros bens públicos de acesso universal.

A crise? Ora, a crise...Entre 2012 e 2013 o governo tinha se dado conta que o atolamento em dívidas tanto da população, como das empresas e do próprio Estado – que perdia cerca de 400 bilhões ao ano repassados aos bancos em vez de servir à população – exigia uma redução radical dos juros. A taxa Selic baixou para 7,25%, os bancos públicos passaram a emprestar a juros mais baixos tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas. Não prestou. Enfrentar o sistema financeiro, tanto o poder dos bancos como da classe média alta que se acostumara a ganhar com aplicações financeiras mais do que com a produção, foi textualmente crítico. A partir de meados de 2013 não há mais governo no Brasil, há gritaria, boicote, caos político. Os juros voltaram a subir, veio o impeachment, e veio a crise. E quem gerou a crise está dizendo que veio para consertá-la. Há três anos estamos esperando. Quem pagou o pato simbólico, naturalmente, foram e continuam sendo as famílias. A grande massa da população.

Disponível em: <http://dowbor.org/2017/10/dowbor-a-violencia-economica-o-poder-dos-juros-e-das-corporacoes-financeiras-comciencia-sbpc-labjor-unicamp-artigo-dossier-no-192-9-de-outubro-de-2017-4p.html/>



PARTICIPAÇÃO DO MESTRADO DA FACCAT EM EVENTO CIENTÍFICO NACIONAL DA PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Entre os dias 12 e 15 de outubro, em Porto Alegre (RS), ocorreu o 12º Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia (ENANPEGE). O tema do evento, que reúne os programas de pós-graduação em Geografia e áreas afins do país, foi "Geografia, Ciência e Política: do pensamento à ação da ação ao pensamento". O Mestrado em Desenvolvimento Regional da FACCAT esteve presente no evento em duas atividades. Uma delas foi a participação na programação de Lançamento de Livros com o "Dicionário de Desenvolvimento Regional e temas correlatos", obra organizada pelos professores do Mestrado Marcos Paulo Dhein Griebeler e Mario Riedl. A outra atividade foi no Grupo de Trabalho "Formações socioespaciais: progresso técnico no espaço urbano e agrário" com a apresentação e publicação do trabalho do professor do Mestrado Iván G. Peyré Tartaruga intitulado "Inovação e desenvolvimento territorial: temas emergentes para a geografia econômica brasileira e latino-americana".

Site do ENANPEGE: <http://www.enanpege.ggf.br/2017/>.

Link do artigo do

professor: <http://www.enanpege.ggf.br/2017/anais/arquivos/GT%2021/905.pdf>.

EVENTOS



XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

**Universidade, desenvolvimento e futuro na
Sociedade do Conhecimento**

Mar del Plata – Argentina
22, 23 e 24 de novembro de 2017

Maiores informações: <http://coloquio2017.paginas.ufsc.br/>



Maiores informações em: <https://www2.faccat.br/portal/?q=mestrador>



"Interrogantes y desafíos en las territorialidades emergentes."



Asociación de Universidades
GRUPO MONTEVIDEO

CADR

Comité Académico de
DESARROLLO REGIONAL



UNIVERSIDAD
NACIONAL DEL SUR



Departamento de
GEOGRAFÍA y TURISMO

AGOSTO 8, 9 Y 10 2018 · BAHÍA BLANCA · ARGENTINA

Maiores informações: <https://xiibienal.wixsite.com/territorio>

Links interessantes:

www.mi.gov.br/desenvolvimento-regional
repositorio.ipea.gov.br
www.finep.gov.br
www.portalinovacao.mct.gov.br
www.abdi.com.br

www.fnq.org.br
www.ipea.gov.br
www.fee.rs.gov.br
www.anprotec.org.br
www.badesul.com.br



www.brde.com.br
www.bndes.gov.br

www.observadr.org.br/portal
www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/home

Caso você tenha alguma contribuição para nosso informativo, envie um *e-mail* para marcosdhein@faccat.br, andressasantos@faccat.br ou mestrador@faccat.br. Desejamos a todos uma ótima leitura e até o informativo 20 do Mestrado em Desenvolvimento Regional.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Marcos Paulo Dhein Griebeler – Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR FACCAT

Prof. Dr. Mario Riedl – Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR FACCAT

Andressa Soares dos Santos – Assistente da Vice-Direção de Pesquisa e Pós-Graduação FACCAT